

CPI do BNDES ou contra Lula?

CONGRESSO Nova comissão parlamentar mira o instituto e a família do ex-presidente



Um desejo
antigo da oposição
é realizado

OS PRIMEIROS requerimentos apresentados à CPI do BNDES não deixam dúvidas sobre a estratégia da oposição. O objetivo é ampliar a pressão sobre o Planalto, mas não só. O principal alvo, na verdade, é o ex-presidente Lula. A comissão foi instalada uma semana após o fim do recesso parlamentar. Como havia prometido antes o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deputados petistas foram impedidos de ocupar a presidência e a relatoria da comissão, embora a tradição reserve os postos às maiores bancadas. Lula é alvo de ao menos três pedidos de convocação para prestar depoimento na CPI, apresentados pelos deputados Raul Jungmann (PPS), Cristiane Brasil (PTB) e Carlos Melles (DEM). Baseiam-se em um procedimento investigatório contra o ex-presidente aberto pela Procuradoria da República no Distrito Federal em julho, por suposto tráfico de influência em favor da construtora Odebrecht.

Na prática, o procurador Valtan Furtado, responsável pelo caso, acolheu as suspeitas levantadas pela mídia, segundo a qual Lula atuou como lobista de empreiteiras brasileiras no exterior. Furtado pretendeu dar ainda mais munção à oposição ao solicitar cópia de documentos da Lava Jato com referência a obras executadas fora do Brasil que tenham sido financiadas com recursos diretos ou indiretos do BNDES.

Jungmann apresentou ainda requerimentos para convocar o filho de Lula, Fábio Luiz da Silva, e quebrar seus sigilos fiscal, bancário e telefônico. Ele alega que a Gamecoorp, empresa de Lulinha, foi beneficiada em um negócio suspeito com a Oi-Telemar, companhia com participação acionária do BNDES. Para completar o cerco, a oposição solicitou a convocação dos ex-ministros Fernando Pimentel, Anto-



Requerimentos.

Por enquanto, só Coutinho será convidado a depor. Lulinha está na lista

nio Palocci e Guido Mantega, além de Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula.

Por ora, apenas o atual presidente do BNDES, Luciano Coutinho, teve a convocação aprovada pelo plenário da comissão. “Ao contrário do que aconteceu com a CPI da Petrobras, que se beneficiou de investigações avançadas na Polícia Federal e no Ministério Público, estamos começando do zero, por isso devemos ouvir primeiro Coutinho e ex-diretores do banco”, afirma o deputado José Rocha, relator da comissão. O parlamentar do PR avalia que os pedidos para convocar Lula representam uma “tentativa de politizar” as investigações. “Precisamos ter muita serenidade e responsabilidade. Temos de executar um trabalho técnico, que é o de verificar se os recursos disponibilizados pelo banco foram ou não bem aplicados. Fulanizar essa discussão é um erro.”

O peemedebista Marcos Rotta, presidente da CPI, considera precipitada a iniciativa, embora não descarte a possibilidade de Lula ser convocado mais adiante. “Seria um grande alvoroço a vinda do ex-presidente neste momento. Mais para a frente não tenho como prever. Quem vai determinar o rumo das investigações será o plenário da comissão.” O deputado negou qualquer ingerência política do presidente da Câmara sobre a apuração. “Até o momento, não recebi nenhuma sinalização de conversa, muito menos de orientação. Eduardo Cunha é, talvez, o mais preparado e qualificado no atual cenário político. Não tenho dúvidas de que ele compre-

ende que, para uma CPI funcionar e produzir resultados, precisa ter autonomia.”

O Instituto Lula sempre refutou as acusações de que o ex-presidente atuou como lobista, dentro ou fora do Brasil. Segundo a entidade, Lula apenas defendeu a internacionalização de empresas brasileiras, além de ter proferido palestras remuneradas, prática corriqueira de ex-chefes de Estado em todo o mundo. Suas viagens, diz o instituto, foram divulgadas à mídia por e-mail, site e redes sociais. E as doações de empresas foram regulares. O Instituto Fernando Henrique Cardoso recebeu de dezenas de empresas, entre elas a própria Odebrecht, a Camargo Corrêa. E até da Sabesp, companhia estatal de saneamento administrada pelo governo paulista, sob o comando do PSDB há 20 anos, via Lei Rouanet, prática duvidosa. Mas ninguém disse nada.

Ao defender a criação da CPI, em abril, o deputado Rubens Bueno, líder do PPS, sugeriu a investigação dos empréstimos internacionais concedidos pelo BNDES, a exemplo do financiamento do Porto de Mariel, em Cuba. “Por que são suspeitos? Porque

atenderam à demanda das nove empreiteiras arroladas no escândalo da Operação Lava Jato”, afirmou o parlamentar à época.

O deputado Carlos Zarattini, do PT, lembra não ter sido Lula quem iniciou a política de financiar obras no exterior. “No governo FHC, o BNDES emprestou dinheiro para uma obra executada pela Odebrecht no metrô de Caracas.” Segundo o parlamentar, o governo não teme uma devassa nos contratos do banco. “Essas empresas investigadas na Lava Jato são as maiores companhias de engenharia do País. E o banco não financiou apenas obras para o governo federal. Também concedeu empréstimos a essas empreiteiras para obras do metrô de São Paulo, da Sabesp. Há contratos com o governo de Minas, do Rio de Janeiro. Podemos investigar tudo, cada licitação”, provoca Zarattini. “Nesta CPI, a oposição está em busca de achar alguma coisa. Eles pediram acesso a contratos, planilhas e até documentos diplomáticos. Querem vasculhar todos os telegramas entre o Itamaraty e suas embaixadas na África. É só para fazer salseiro.” Lembremos que em um passado não tão distante, no fim da era FHC, o BNDES salvou a Rede Globo da falência.

Outra CPI instalada na quarta-feira 12 tende a fazer par com a investigação do BNDES. A comissão para investigar os fundos de pensão também exclui os petistas do comando. A relatoria foi confiada ao deputado Sérgio Souza, do PMDB, e a presidência ficará com Efraim Filho, do DEM. • Por Rodrigo Martins

“Precisamos ter muita serenidade”, diz José Rocha, relator da CPI